

Rodrigo Fernandes

OS PLANOS DE SAÚDE EM JUÍZO

QUESTÕES COMPLEXAS DECIDIDAS PELO STJ

COLABORADORES

Anna Júlia de Souto Goulart Fernandes

Emily Assami Sato

Gabriela Dambrós Corrêa

Guilherme Henrique Albino Costa


HABITUS
EDITORA

Florianópolis
2021

Copyright© 2021 by Rodrigo Fernandes

Produção Editorial: Habitus Editora

Editor Responsável: Israel Vilela

Capa e Diagramação: Conrado Esteves

As ideias e opiniões expressas neste livro são de exclusiva responsabilidade dos Autores, não refletindo, necessariamente, a opinião desta Editora.

CONSELHO EDITORIAL:

Alceu de Oliveira Pinto Junior
UNIVALI

Antonio Carlos Brasil Pinto (*in memoriam*)
UFSC

Cláudio Macedo de Souza
UFSC

Dirajaia Esse Pruner
UNIVALI-AMATRA XII

Edmundo José de Bastos Júnior
UFSC- ESMESC

Eduardo de Carvalho Rêgo
UFSC

Elias Rocha Gonçalves
IPEMED-SPCE Portugal ADMEE Europa-CREFAL Caribe

Fernando Luz da Gama Lobo D'Eça
IES-FASC

Flaviano Vetter Tauscheck
CESUSC-ESA-OAB/SC
Francisco Bissoli Filho
UFSC

Geyson Gonçalves
CESUSC-ESA-OAB/SC

Gilsilene Passon P. Francischetto
UC (Portugal)-FDV/ES

Jorge Luis Villada
UCASAL-(Argentina)

Juan Carlos Vezzulla
IMAP (Portugal)

Juliano Keller do Valle
UNIVALI-ESA-OAB/SC

Lauro Ballock
UNISUL

Marcelo Gomes Silva
UFSC-ESMPSC

Marcelo Buzaglio Dantas
UNIVALI

Nazareno Marcineiro
UFSC-ACADEMIA DA PMSC

Paulo de Tarso
UNIVALI

F363p

Fernandes, Rodrigo, 1983

Os planos de saúde em juízo: questões complexas decididas pelo STJ /
Rodrigo Fernandes 1ª ed. – Florianópolis: Habitus, 2021

1ª ed. – Florianópolis: Habitus, 2021.

384 p.; 15,5x 22,5cm

ISBN: 978-65-89866-11-4

1. Direito Civil 2. Direito Médico. 3. Saúde Suplementar. 4. Judicialização da
Saúde 5. Planos de Saúde I. Título.

CDU 347,91

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e seus §§ 1º, 2º e 3º, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).



Todos os direitos desta edição reservados à Habitus Editora.
www.habituseditora.com.br habituseditora@gmail.com

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	19
1. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA INICIATIVA PRIVADA COMO SAÚDE SUPLEMENTAR NO BRASIL	23
2. DO ÂMBITO DE APLICABILIDADE DA LEI N. 9.656/98 – A CHAMADA “LEI DOS PLANOS DE SAÚDE”	33
3. DOS CONTRATOS ANTERIORES À LEI 9.656/98	39
4. DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E TEORIA DO DIÁLOGO DAS FONTES EM MATÉRIA DE SAÚDE SUPLEMENTAR	45
4.1 Da aplicação do Código Civil	47
4.2 Da aplicação do Código de Defesa do Consumidor	51
5. CONTRATOS ADMINISTRADOS POR ENTIDADES DE AUTOGESTÃO E (IN) APLICABILIDADE DO CDC – SÚMULA Nº 608 DO STJ	57
6. DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS	69
7. O ROL DE PROCEDIMENTOS E EVENTOS EM SAÚDE	73
7.1 Rol taxativo X Rol Exemplificativo: Nova interpretação do STJ?	82
8. NÚCLEOS DE APOIO TÉCNICO DO JUDICIÁRIO (NAT-JUS)	93

9. DO FORNECIMENTO DOS MEDICAMENTOS <i>OFF LABEL</i>	99
10. DO FORNECIMENTO DOS MEDICAMENTOS DE USO DOMICILIAR	105
11. OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE NÃO ESTÁ OBRIGADA A PROCEDER A COBERTURA DO TRATAMENTO DE FERTILIZAÇÃO <i>IN VITRO</i>	109
12. A CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL EM CASO DE ATRASO INJUSTIFICADO NA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO EMERGENCIAL	119
13. CIRURGIA BARIÁTRICA EM CASOS DE OBESIDADE MÓRBIDA	131
14. É ILEGÍTIMA A RECUSA DE COBERTURA PELO PLANO DE SAÚDE DE CIRURGIAS COMPLEMENTARES DE CARÁTER REPARADOR OU FUNCIONAL EM PACIENTE PÓS-CIRURGIA BARIÁTRICA, QUANDO SE REVELAREM NECESSÁRIAS AO PLENO RESTABELECIMENTO DO SEGURADO ACOMETIDO DE OBESIDADE MÓRBIDA	137
15. EMPREGADO APOSENTADO OU DEMITIDO SEM JUSTA CAUSA E O DIREITO DE MANUTENÇÃO DO PLANO	143
16. TRATAMENTO MÉDICO NA MODALIDADE “HOME CARE”	157
17. A (IN)VALIDADE DA RESILIÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL	169
18. É ABUSIVA A CLÁUSULA CONTRATUAL QUE EXCLUI DA COBERTURA DO PLANO DE SAÚDE O TRATAMENTO DE AIDS OU DE DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS	183
19. FALECIMENTO DO TITULAR E MANUTENÇÃO DO PLANO PELOS DEPENDENTES	191
20. AS EXIGÊNCIAS NO CUMPRIMENTO DO PERÍODO DE CARÊNCIA ESTIPULADO NO CONTRATO E AS SUAS EXCEÇÕES	199
21. REAJUSTE DE MENSALIDADE DO PLANO DE SAÚDE EM RAZÃO DE MUDANÇA DA FAIXA ETÁRIA	211
22. AS OPERADORAS DE PLANO DE SAÚDE NÃO ESTÃO OBRIGADAS A FORNECER MEDICAMENTO NÃO REGISTRADO PELA ANVISA (TESE JULGADA SOB O RITO DO ART. 1.036 DO CPC/2015 – TEMA 990)	223

23. DOENÇAS PREEXISTENTES E SUAS PECULIARIDADES NOS CONTRATOS DE PLANO DE SAÚDE	239
24. A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS OPERADORAS DO PLANO DE SAÚDE POR FALHAS NOS SERVIÇOS PRESTADOS POR PROFISSIONAIS CREDENCIADOS	247
25. É ABUSIVA A CLÁUSULA CONTRATUAL DE PLANO DE SAÚDE QUE LIMITA NO TEMPO A INTERNAÇÃO HOSPITALAR DO SEGURADO (SÚMULA N. 302 STJ)	255
26. É ABUSIVA A CLÁUSULA CONTRATUAL QUE EXCLUI DA COBERTURA DO PLANO DE SAÚDE O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PARA QUIMIOTERAPIA TÃO SOMENTE PELO FATO DE SER MINISTRADO EM AMBIENTE DOMICILIAR	263
27. A OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE ESTÁ OBRIGADA A RESSARCIR O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE QUANDO SEUS BENEFICIÁRIOS SE UTILIZAREM DO SERVIÇO PÚBLICO DE ATENÇÃO À SAÚDE, CONFORME PROCEDIMENTO PRÓPRIO ESTABELECIDO NA RESOLUÇÃO NORMATIVA 358/2014, DA ANS	269
28. DA COBERTURA DE PRÓTESES E ÓRTESES EM PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS COBERTOS PELO PLANO	281
29. A VALIDADE DA COPARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO NAS DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES EM PERCENTUAL SOBRE O CUSTO DE TRATAMENTO MÉDICO REALIZADO SEM INTERNAÇÃO, DESDE QUE NÃO CARACTERIZE FINANCIAMENTO INTEGRAL DO PROCEDIMENTO POR PARTE DO USUÁRIO, OU RESTRIÇÃO SEVERA AO ACESSO AOS SERVIÇOS	291
30. O PRAZO PRESCRICIONAL APLICÁVEL ÀS DEMANDAS EM QUE SE PLEITEIA O REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES COBERTAS PELO CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE, QUE NÃO FORAM ADIMPLIDAS PELA OPERADORA	301
31. INTERNAÇÃO E TRATAMENTO DE GRAVE PATOLOGIA EM HOSPITAL QUE NÃO FAZ PARTE DA REDE CREDENCIADA CONTRATADA DO PLANO DE SAÚDE	311
32. HÁ ABUSIVIDADE EM CLÁUSULA CONTRATUAL OU ATO DE OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE QUE IMPORTE EM INTERRUÇÃO DE TRATAMENTO DE TERAPIA OU PSICOTERÁPICO POR ESGOTAMENTO DO NÚMERO DE SESSÕES ANUAIS ASSEGURADAS NO ROL DE PROCEDIMENTOS E EVENTOS EM SAÚDE DA ANS, VISTO QUE SE REVELA INCOMPATÍVEL COM A EQUIDADE E COM A BOA-FÉ, COLOCANDO O USUÁRIO EM DESVANTAGEM EXAGERADA	321

33. CRIOPRESERVAÇÃO PELO PLANO DE SAÚDE PARA PACIENTES ONCOLÓGICOS	329
34. QUAL A JUSTIÇA COMPETENTE PARA JULGAMENTO DE DEMANDA RELATIVA A CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE ASSEGURADO EM CONTRATO DE TRABALHO, ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA?	339
35. REQUISITOS PARA O CANCELAMENTO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE PLANO DE SAÚDE POR INICIATIVA DA OPERADORA	351
36. DA COBERTURA DO EXAME PET SCAN PELOS PLANOS DE SAÚDE À LUZ DO STJ	363
37. A (NÃO) CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL EM CASO DE RECUSA DE TRATAMENTO MÉDICO NOS CASOS DE DÚVIDA RAZOÁVEL E INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS	371
O AUTOR	381